

# Coragem e compromisso para enfrentar a corrupção



Durante os governos do PT, investimos fortemente na prevenção e combate permanente à corrupção. Nada foi varrido para baixo do tapete: nós apuramos, afastamos e punimos, mas sempre com o objetivo maior de fortalecer a democracia brasileira.

**As medidas adotadas em nossos governos impulsionaram o combate à corrupção no Brasil:**

★ **Criação e fortalecimento dos órgãos** responsáveis por investigar irregularidades, garantindo completa autonomia a eles;

★ **Mecanismos de transparência**, permitindo maior participação da sociedade civil no controle da gestão pública em todos os níveis; e

★ **Medidas legais para prevenir, detectar e punir a corrupção.**

A partir disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) tornou-se uma eficiente instituição de fiscalização. Entre 2003 e 2015, a CGU fiscalizou 2.144 municípios, e 5.390 servidores públicos federais foram expulsos por envolvimento em irregularidades.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

**Foram criados ainda:**

- ★ **Portal da Transparência**, com informações detalhadas sobre pagamentos do governo federal a pessoas físicas e empresas. Entre 2004 e 2015, houve quase 61 milhões de acesso à plataforma;
- ★ **Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**, com representantes do governo e de entidades da sociedade civil, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União, para sugerir estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

Outro marco de transparência foi a **Lei de Acesso à Informação (LAI)**, que garantiu o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas. A LAI é aplicável aos três poderes da União, estados, e municípios. De sua sanção até maio de 2016, foram recebidos **383 mil pedidos de acesso** e 98,4% foram respondidos num tempo médio de 14 dias.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

**A Polícia Federal se transformou numa instituição respeitada e reconhecida internacionalmente.** Teve plena liberdade de investigação, com um quadro de pessoal 55% maior, mais equipamentos de inteligência e maior capacitação, para que fosse possível enfrentar o crime organizado e a corrupção.



Fundamental também foi a garantia da **independência do Ministério Público**, com a escolha sempre do nome mais votado pela categoria para o cargo de procurador-geral da República, que, **nos nossos governos, deixou de ser o engavetador-geral da República.**

Entre outras iniciativas que fortaleceram o combate à corrupção, podemos citar também:

- ★ Criação da **Super-Receita**, que abriu caminho para maior combate às fraudes e à sonegação;
- ★ **Atuação firme do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF)** no monitoramento de movimentações bancárias atípicas que pudessem configurar lavagem de dinheiro ou corrupção e enriquecimento ilícito;
- ★ Reestruturação do **Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)**, que fortaleceu sua atuação no combate aos cartéis.

No âmbito legislativo, nossos governos conseguiram aprovar uma série de medidas legais no sentido de prevenir, detectar e punir a corrupção:

- ★ Aperfeiçoamento da Lei de Lavagem de Dinheiro (2012);
- ★ Lei para punição de empresas corruptoras (2013);
- ★ Lei anticorrupção e sua regulamentação (2013);
- ★ Lei que estabelece punição administrativa e civil ao corruptor (2013);
- ★ Lei de Combate às organizações criminosas (2013).

Enviamos ao Congresso Nacional propostas para aprimorar a legislação de enfrentamento à corrupção, ainda não aprovadas:

- ★ PL 5.586/2005 - tipifica o enriquecimento ilícito;

- ★ PL 855/2015 - tipifica o crime de caixa 2;
- ★ PEC 10/2015 e PL 856/2015 - extingue o direito de propriedade proveniente de atividade criminosa, improbidade administrativa ou enriquecimento ilícito;
- ★ PL 862/2015 - exige ficha limpa para servidores comissionados e dirigentes de estatais;
- ★ PL 2.902/2011 - propõe medidas cautelares de indisponibilidade de bens.



**COMBATE À CORRUPÇÃO COMPROMETIDO PELO ATUAL GOVERNO**

Desde o golpe, **os órgãos de controle estão perdendo independência** com seguidas ingerências do Executivo. Além disso, eles passam por reduções de pessoal e de recursos, retrocedendo ao nível de 2008.

**O atual governo tem interferido nas nomeações da PF para cercar as investigações.** Moro tem aparelhado a PF para investigar os seus desafetos e postergar a investigação dos filhos e amigos de Bolsonaro. O número de operações especiais da PF caiu para o patamar de 2014.

A autonomia do Ministério Público também está em xeque, já que, ao escolher o novo procurador-geral da República, Bolsonaro optou por um nome que não constava da lista de mais votados da categoria.